

CEDI - P. I. B.
DATA / /
COD 10 00060

GREENPEACE BRASIL

Demandas da Campanha de Florestas Tropicais para a Exploração Madeireira na Amazonia Brasileira.

1) Queremos o fim imediato do corte predatório de madeiras em áreas de florestas nativas da Amazônia, por entendermos que este tipo de atividade não pode ser classificado como real desenvolvimento, já que vem destruindo os recursos naturais da região para o benefício de uns poucos, ao invés de trata-los adequadamente em benefício da maioria dos brasileiros, principalmente a população carente da Amazônia, tanto na presente geração quanto nas futuras.

2) Aceitamos a possibilidade da produção não predatória de madeiras, no entanto devido às características frágeis e complexas da floresta Amazônica, considerando que a maior parte deste ecossistema não deve ser aberto à extração de madeiras. Queremos que sejam delimitadas as áreas onde essa exploração seja permitida, desde que conduzida sob práticas de manejo não predatório. A soma total destas áreas não deverá ultrapassar 150.000 km². Estas áreas devem ser delimitadas pelo poder público, a partir de um debate com ampla participação da comunidade científica e da sociedade civil.

3) Queremos que os planos de manejo a serem conduzidos nas áreas acima mencionadas sejam adequadamente regulamentados e fiscalizados pelos órgãos governamentais competentes com ampla participação da sociedade. Alguns aspectos a serem observados são:

- Audiências públicas para ampla avaliação dos referidos planos e modificação dos mesmos se necessario.
- Respeito as determinações da Legislação Ambiental brasileira
- A extração de madeiras não deverá causar perturbações à terra e às tradições culturais de comunidades nativas.
- Período de rotação mínima adequado a cada espécie e área.
- Período de extração concentrado nos meses do ano adequados à uma melhor manuntenção das espécies.
- Volume máximo de extração adequado a cada espécie e área
- Preservação de matrizes em idade e condições reprodutivas adequadas.
- Abertura mínima de estradas e vias de acesso.
- Uso mínimo de maquinário pesado.
- Minimização de impactos no solo, vegetação remanescente, fauna e recursos hídricos, com mínima abertura do dossel.

4) Diante dos princípios acima, nos colocamos numa posição de denúncia e combate ao corte predatório de madeiras na Amazônia, sendo alvo principal aquelas grandes empresas que estejam promovendo direta ou indiretamente tais práticas.

5) E neste sentido formulamos as seguintes demandas aos diversos setores da sociedade brasileira:

PODERES PÚBLICOS

a) Promoção, com ampla participação democrática, da definição de

áreas sujeitas à extração não predatória de madeiras.

b) Legislação coerente com as demandas acima.

c) Fiscalização eficaz e contínua contra práticas de corte predatório.

d) Apoio e financiamento a pesquisa em manejo não predatório.

e) Fim de todo e qualquer incentivo à exploração predatória.

MADEIREIROS

a) Fim imediato da exploração predatória de madeiras.

b) Fim imediato de quaisquer atividades que perturbem a terra e tradições culturais de comunidades nativas.

d) Conversão de sua produção para técnicas não predatórias de acordo com as condições acima descritas.

e) Aceitação da delimitação de áreas para a produção de madeiras como colocado acima.

PESQUISADORES

a) Intensificar os esforços para o conhecimento de técnicas viáveis e realistas de manejo não predatório.

CONSUMIDORES

a) Se preocupem com a origem da madeira, não consumindo matéria-prima ou produtos de origem predatória, apenas produtos certificadamente oriundos de um manejo não predatório.

SOCIEDADE EM GERAL

a) Apoio à luta contra a depredação dos recursos naturais da Amazônia, pela indústria madeireira.

fas

GREENPEACE BRASIL

Demandas da Campanha de Florestas Tropicais para a produção de Mogno (Swietenia macrophylla, King) na região Amazônica.

Sendo esta espécie atualmente a de maior valor de mercado, sua exploração vem estimulando a invasão de áreas de preservação e reservas indígenas. A invasão destas últimas, de forma autorizada ou não, está gerando desestruturação cultural e econômica nessas comunidades.

A abertura de estradas para a retirada de mogno cria mecanismos para uma ocupação desordenada de áreas da Amazônia, contribuindo para a destruição irreversível de milhares de hectares de floresta nativa.

Os altíssimos lucros obtidos na comercialização desta espécie não estão sequer contribuindo para o desenvolvimento da região já que o número de empregos gerados é baixo e os benefícios para a população local são pequenos.

Apesar das reservas totais desta espécie no país não serem conhecidas com certeza, é uma realidade concreta que em todas as áreas onde já foi efetuada sua exploração houve um desaparecimento quase que completo da mesma, estando sua sustentabilidade para um manejo futuro fortemente ameaçada.

As características ecológicas desta espécie vem demonstrando a existência de muitas dificuldades para o seu manejo, o que requer cuidados extras e melhores conhecimentos para a implementação da extração não predatória da mesma.

Em razão desta espécie, e suas áreas de ocorrência, se encontrarem ameaçadas pelas práticas predatórias vigentes até o momento, queremos uma imediata suspensão da extração de mogno por um período mínimo de um ano, até que sejam definidos critérios e práticas que impeçam a continuação dos danos ambientais e sociais que sua exploração está gerando, e esta passe a cumprir com as condições estabelecidas no nosso documento geral de demandas.

1/20